

A lição dos inconfidentes **Nourival Resende***

Pacto federativo pressupõe um novo desenho para a política tributária brasileira, mas isso não basta, se o estado brasileiro permanecer com uma ótica perversa quanto à cobrança excessiva de impostos do setor produtivo nacional. A Inconfidência Mineira serve de bom parâmetro para ilustrar essa anomalia que ainda persiste no Brasil por mais de dois séculos. Tiradentes pregava a liberdade também do jugo do povo sobre a sanha arrecadatória do Império, que impunha o pagamento do quinto do ouro de forma autoritária, provocando concentração excessiva e uma evasão de divisas enorme, que ajudava a financiar o desenvolvimento de Portugal e da Europa.

Hoje, a verdade é que o estado engordou suas receitas e cobra quase dois quintos do que o país produz em riquezas para financiar uma máquina pública que continua ineficiente. A carga tributária brasileira se aproxima dos 40%, esmagando o setor produtivo e promovendo uma concentração excessiva nas mãos da União, deixando estados e municípios sem capacidade de investimento. É uma realidade gritante aos olhos da sociedade, e a rejeição da MP 232 pelo Congresso Nacional serviu para mostrar que este movimento pela revisão da política tributária brasileira tende a crescer e se tornar uma prioridade para o país. Os contabilistas, que anteontem comemoraram o seu dia, vêem esse quadro com muita preocupação, como aliados do governo na condução da operação da arrecadatória. A realidade é nítida, como o era na época dos inconfidentes. A população brasileira não suporta mais essa carga e a sociedade começa a se conscientizar disso. O que nos admira é o silêncio de figuras eminentes como o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. O governo não quer ouvir e prefere ser omissos para tentar utilizar essa concentração excessivas com objetivos meramente político-eleitorais?

Precisamos ampliar a base arrecadatória e reduzir a sonegação, hoje responsável pela evasão de divisas da ordem de um terço de toda contribuição de impostos. E só há uma forma de ampliá-la: melhorando a eficiência do aparelho fiscal, para combater os que sonegam, e acabando com as fraudes bilionárias, que continuam a desafiar a competência do governo para preservar o patrimônio público nacional.

Os contabilistas podem e devem ser peças fundamentais nesse processo, mas isso depende da vontade política do governo, independentemente da matriz ideológica ou partidária dos governantes. Precisamos reduzir a carga tributária com inteligência, punindo a sonegação e a fraude com as ferramentas que temos. A sociedade brasileira está madura o suficiente para enxergar que o estado precisa se modernizar e não apenas jogar toda a culpa e o ônus de sua inoperância nas costas do cidadão, que, em última análise, é quem carrega esse peso. Os contabilistas também têm sua parcela de responsabilidade e devem caminhar no sentido de não aceitar maquiagens e fraudes por parte das empresas, conduzindo seu trabalho com ética e transparência em favor de uma nova realidade tributária para o Brasil. O exemplo da inconfidência nunca é demais ser ressaltado. Não podemos aceitar um país cuja injustiça fiscal resvale para o estrangulamento do trabalho, do emprego e da produção, com sério impacto sobre os mais pobres. O Brasil não vai resolver seus problemas, se não romper essa cultura tributária nociva e perniciosa, que só impede a nação de crescer.

*Nourival Resende - Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG).